

[Sair](#)

Concurso para Emprego Público da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

Procurador - Curitiba

[← voltar](#)

Conhecimentos Gerais - Direito Processual Civil

Questão 1

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna a seguir.

"Pendendo causa entre _____ ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la".

A) 02 (duas).

GABARITO PRELIMINAR

B) 03 (três).

C) 05 (cinco).

D) 07 (sete).

E) 08 (oito).



Questão 2

Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.

B) O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

C) Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno.

D) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

E) Ocorrerá a instauração do incidente quando a desconconsideração da personalidade jurídica é requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 3

Assinale a alternativa que diz respeito ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.

A) A existência de benfeitorias poderá ser alegada em qualquer fase.

- B) O direito de retenção por benfeitorias deverá ser exercido em audiência, momento em que terá o prazo de 15 (quinze) minutos para exercer o direito.
- C) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de prisão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.
- D) A existência de benfeitorias deverá ser alegada em audiência, no prazo de 20 (vinte) minutos.

E) Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 4

Os atos processuais são públicos, todavia alguns processos tramitam em segredo de justiça. Dessa forma, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social.

Tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

Tramitam em segredo de justiça os processos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

Tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

Tramitam em segredo de justiça, em geral, os processos da Fazenda Pública.

A) F, F, V, V, V.

B) V, V, V, V, F.

C) V, V, F, F, V.

D) F, V, F, V, F.

E) F, F, V, V, F.

Questão 5

A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Sobre o assunto, considere as assertivas a seguir.

I. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

II. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

III. A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

IV. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

V. O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, II, III, IV e V.

B)
I, II, IV e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) I, III e IV, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II, III e V, apenas.

Questão 6

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna a seguir.

"Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 do Código de Processo Civil, depois que for

A) Expedida carta para a prática dos atos.

B) Garantidos os autos.

C) Autorizada a intimação.

D)
Validamente citado.



GABARITO PRELIMINAR

E) Depositado a garantia.

Questão 7

Em relação às ações possessórias, assinale a alternativa CORRETA.

A) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido e não outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

B)
É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos, indenização dos frutos, bem como, o autor pode requerer, ainda, imposição de medida necessária e adequada para evitar nova turbacão ou esbulho e cumprir-se a tutela provisória ou final.

GABARITO PRELIMINAR

C) Na pendência de ação possessória é autorizado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio.

D) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, não responderá em geral, por perdas e danos.

E) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas as citações por edital dos ocupantes.

Questão 8

Sobre os recursos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A)** Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- B)** O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- C)** Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.
- D)** O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- E)** O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 9

É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Sobre o assunto, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.
- Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente e assumirá sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.
- A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.
- É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- A) V, F, V, V, F.
B) V, V, F, F, F.
C) V, V, V, F, F.
D) F, F, V, F, F.

- E)** V, V, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 10

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna a seguir.

"O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a

- A) Trinta vezes o salário mínimo.
- B) Vinte vezes o salário mínimo.
- C) Oitenta vezes o salário mínimo.
- D) Sessenta vezes o salário mínimo.

E) Quarenta vezes o salário mínimo.

GABARITO PRELIMINAR

Conhecimentos Gerais - Direito Administrativo

Questão 11

De acordo com o que prevê expressamente o Código Civil Brasileiro sobre os bens públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- B) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- C) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.

D) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.



GABARITO PRELIMINAR

E) Os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, não são considerados bens públicos.

Questão 12

Conforme disposições expressas na Lei nº 11.079/2004, que Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, analise as assertivas a seguir.

I. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

II. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

III. A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada não poderá ser feita por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.

IV. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B) I e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 13

A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Desta forma, sobre o que determina expressamente a referida legislação acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- C) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

D)

Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei baseada em jurisprudência não pacificada, desde que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Constitui crime, apenado com detenção de seis a dez meses e multa, a improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

**Questão 14**

A administração pública, no exercício de suas funções, dispõe de diversos poderes que lhe conferem autoridade para atuar de maneira eficiente, segura e em conformidade com o interesse público. Nesse sentido, sobre os poderes da administração pública, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Poder vinculado é aquele em que o agente administrativo dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato, quanto ao seu motivo, e, sendo o caso, escolher, dentro dos limites legais, o seu conteúdo.

B)

O fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de supremacia sobre os administrados.

GABARITO PRELIMINAR

- C) Poder de polícia é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- D) O poder disciplinar da Administração se expressa por meio de resoluções, portarias, deliberações, instruções, editadas por autoridades que não o Chefe do Executivo.
- E) O poder regulamentar caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos, sempre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

Questão 15

Sobre a classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os atos de império são praticados pela administração na qualidade de gestora de seus bens e serviços, sem exercício de supremacia sobre os particulares. São típicos das atividades de administração de bens e serviços em geral, assemelhando-se aos atos praticados pelas pessoas privadas.
- B) Ato declaratório é aquele que possui apenas aparência de manifestação de vontade da administração pública, mas, em verdade, não se origina de um agente público, mas de alguém que se passa por tal condição, como o usurpador de função.
- C) Atos administrativos externos são aqueles destinados a produzir efeitos somente no âmbito da administração pública, atingindo diretamente apenas seus órgãos e agentes.

D)

Atos subjetivos são os que criam situações particulares, concretas e pessoais, produzidas quanto à formação e efeitos pela vontade das partes, sendo imodificáveis pela vontade de uma só delas e gerando, então, direitos assegurados à persistência do que dispuseram.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Ato administrativo complexo é o que decorre de uma única manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal, e estará completo com essa só manifestação, não dependendo de outras, concomitantes ou posteriores, para que seja considerado perfeito.

Questão 16

No âmbito do Direito Administrativo, os atos administrativos são manifestações de vontade da administração pública que produzem efeitos jurídicos. Para que um ato administrativo seja considerado válido e eficaz, ele deve possuir determinados elementos essenciais. Esses elementos garantem a legalidade, a legitimidade e a efetividade do ato. Sobre os elementos, ou requisitos de validade dos atos administrativos, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.



Somente a lei pode estabelecer competências administrativas e, por essa razão, seja qual for a natureza do ato administrativo – vinculado ou discricionário – o seu elemento competência é sempre vinculado.

O desatendimento a qualquer das finalidades de um ato administrativo – geral ou específica – configura vício sanável, com a possibilidade de convalidação do ato.

A competência do ato administrativo identifica-se com o seu conteúdo, por meio do qual a administração manifesta sua vontade, ou atesta simplesmente situações preexistentes. Pode-se dizer que a competência do ato administrativo é a própria alteração no mundo jurídico que o ato provoca, é o efeito jurídico imediato que o ato produz.

O motivo é a causa imediata do ato administrativo. É a situação de fato e de direito que determina ou autoriza a prática do ato, ou, em outras palavras, o pressuposto fático e jurídico (ou normativo) que enseja a prática do ato.

A)

V, F, F, V.

GABARITO PRELIMINAR**B)** F, V, F, V.**C)** V, F, V, V.**D)** V, F, V, F.**E)** F, F, F, V.**Questão 17**

Os princípios fundamentais orientadores de toda atividade da administração pública encontram-se, explícita ou implicitamente, no texto da Constituição de 1988. O universo dos princípios do Direito Administrativo não se esgota no plano constitucional. A doutrina faz referência a diversos outros princípios administrativos, muitos dos quais estão previstos na legislação infraconstitucional, especialmente no art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99. Sobre o que dispõe expressamente a Constituição Federal e a legislação pertinente acerca dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O princípio da autotutela consagra o controle interno que a Administração Pública exerce sobre seus próprios atos, podendo a Administração Pública revogar seus atos ilegais e anular os atos inconvenientes que pratica.
- B) A Emenda Constitucional 19/1998 incluiu, no caput do art. 37 da Constituição Federal, a eficiência como princípio expresso, ao lado da legalidade, da moralidade, da pessoalidade e da razoabilidade.
- C) O princípio da obrigatoria motivação impõe à Administração Pública o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato, e trata-se de princípio expresso no caput do art. 37 da Constituição Federal.

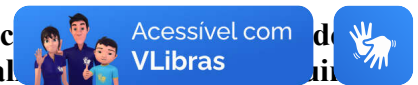
D) O princípio da finalidade está definido na Lei n. 9.784/99, como o dever de atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

GABARITO PRELIMINAR

- E) De acordo com o princípio da presunção de veracidade, os atos administrativos são protegidos por uma presunção absoluta de que foram praticados em conformidade com o ordenamento jurídico.

Questão 18

De acordo com o que prevê expressamente a Constituição Federal e o Decreto nº 20.116, de 17 de fevereiro de 1967, acerca da Administração Pública direta e indireta, analise as afirmativas a seguir.



I. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e a empresa pública, e autorizada a instituição de fundação, e de sociedade de economia mista cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

II. Autarquia trata-se do serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

III. Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

IV. Fundação Pública trata-se da entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

V. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e IV, apenas.

- B) I, III e V, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

E) II, IV e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 19

A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências. De acordo com o que dispõe expressamente a referida legislação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- B) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- C) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

D) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da negativa.



GABARITO PRELIMINAR

E) O acesso a informações públicas poderá ser assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Questão 20

Sobre o que dispõe expressamente a Constituição Federal acerca dos agentes públicos e do concurso público, assinale a alternativa CORRETA.

A) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

GABARITO PRELIMINAR

- B) O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença penal condenatória.
- C) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, os novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, serão convocados com prioridade sobre o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- D) São estáveis após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- E) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical.

Conhecimentos Gerais - Direito Civil

Questão 21

O artigo 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) afirma que "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece." Tal dispositivo expressa um princípio jurídico fundamental. Diante disso, assinale a alternativa que MELHOR interpreta o conteúdo do referido artigo.

- A) O artigo consagra o princípio da legalidade estrita, obrigando o Estado a publicar previamente suas normas.
- B) O desconhecimento da lei pode ser alegado para a prática de crimes.
- C) Trata-se de uma exceção ao princípio da publicidade das leis, admitindo que normas entrem em vigor sem conhecimento público.

D) O dispositivo consagra o princípio da obrigatoriedade da lei, segundo o qual todos estão sujeitos à norma jurídica, mesmo que não a conheçam.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O desconhecimento da lei pode ser alegado em juízo quando se trata de normas recentes e pouco divulgadas.

Questão 22

O artigo 3º do Código Civil brasileiro estabelece que "São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos". Esse dispositivo trata da capacidade civil das pessoas. Com base nisso, assinale a alternativa que MELHOR reflete os efeitos jurídicos da absoluta incapacidade prevista em lei.

- A) A absoluta incapacidade impede que o menor de 16 anos pratique qualquer ato jurídico, mesmo com representação.
- B) Os menores de 16 anos podem celebrar contratos válidos desde que assistidos por seus responsáveis.
- C) Os menores de 16 anos são considerados plenamente capazes quando emancipados judicialmente.



D) Os absolutamente incapazes somente podem exercer atos da vida civil por meio de representação legal, não podendo agir sozinhos.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Os absolutamente incapazes podem praticar atos da vida civil desde que estejam acompanhados de representante legal.

Questão 23

A Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), em seu artigo 8º, define elementos que não são protegidos pelo direito autoral. Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa que apresenta um conteúdo que NÃO é protegido como direito autoral.

- A) Um conto publicado em antologia literária.
- B) Um poema inédito de autoria identificada.
- C) Uma música registrada em cartório e disponibilizada em plataformas digitais.
- D) Uma pintura assinada por artista brasileiro contemporâneo.

E) Um projeto de lei apresentado em sessão legislativa.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 24

De acordo com o artigo 114 da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), compete ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas a inscrição de determinados documentos e atos. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa que indica **CORRETAMENTE** um ato que deve ser registrado nesse cartório.

A) O contrato de trabalho de um dirigente sindical urbano.

B) O estatuto de uma associação literária sem fins lucrativos.

GABARITO PRELIMINAR

C) A ata de registro de nascimento em hospital público.

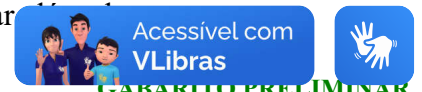
D) A escritura pública de compra e venda de um imóvel rural.

E) O contrato social de uma sociedade anônima de capital fechado.

Questão 25

O artigo 421-A do Código Civil estabelece princípios aplicáveis aos contratos civis e empresariais, introduzidos pela Lei da Liberdade Econômica. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa que expressa **CORRETAMENTE** um dos princípios previstos para esses contratos.

A) As partes podem definir previamente critérios objetivos para interpretar cláusulas ambíguas e condições de revisão contratual.



GABARITO PRELIMINAR

B) A alocação de riscos nos contratos deve ser ignorada pelo juiz em nome da função social do contrato.

C) A revisão contratual pode ser determinada pelo juiz sempre que uma das partes alegar dificuldades econômicas, independentemente da prova.

D) Os contratos civis e empresariais presumem-se desiguais, cabendo sempre ao Judiciário equilibrá-los.

E) Todos os contratos empresariais devem ser revisados anualmente para garantir a paridade entre as partes.

Conhecimentos Específicos - Direito Constitucional**Questão 26**

No âmbito do Direito Constitucional, o conceito de poder constituinte é fundamental para compreender a origem e a formação do Estado e de suas normas fundamentais. Sobre o poder constituinte, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

O poder constituinte originário é considerado inicial, pois cria uma nova ordem jurídica, rompendo com a estrutura anterior; ilimitado, na medida em que, como regra, não precisa seguir restrições impostas pelo direito anterior; e incondicionado, pois não está sujeito a uma forma pré-estabelecida de manifestação.

O poder constituinte derivado reformador é o poder que cada Estado-membro tem de elaborar sua própria Constituição, sendo secundário, condicionado e limitado.

O poder constituinte derivado reformador se manifesta através das emendas constitucionais e é condicionado porque se submete às regras impostas pela constituição para sua manifestação, além de

ser limitado porque precisa observar os limites impostos pelo direito.

() O poder constituinte derivado decorrente é aquele que permite a modificação de uma Constituição Federal ou da estruturação a Constituição dos Estados-Membros, que possuem soberania demonstrada pela capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

- A) V, V, V, F.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, F, V.

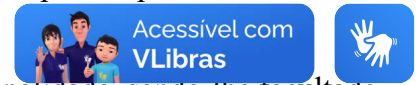
D)
V, F, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

E) F, F, F, V.
Questão 27

O controle de constitucionalidade é um instrumento fundamental do Estado de Direito que visa assegurar a supremacia da Constituição, garantindo que todas as leis e atos normativos estejam em conformidade com ela. Sobre as espécies de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Poder Legislativo realiza o controle preventivo de constitucionalidade quando rejeita medida provisória considerada inconstitucional.
- B) O controle preventivo de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário pode ser difuso, quando realizado por qualquer juiz ou tribunal, ou concentrado, quando realizado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- C) O Poder Executivo não poderá fazer controle preventivo de constitucionalidade, sendo-lhe facultado apenas o controle repressivo através do veto jurídico.



D)
O Poder Legislativo realiza o controle repressivo de constitucionalidade quando susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

GABARITO PRELIMINAR

E) O Poder Legislativo realiza o controle repressivo de constitucionalidade através das Comissões de Constituição e Justiça, que emitem parecer terminativo sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

Questão 28

De acordo com o que prevê expressamente a Constituição Federal, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

I. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

II. O Governador de Estado ou do Distrito Federal.

III. O Prefeito Municipal.

IV. A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

V. O Advogado-Geral da União.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I, III e IV, apenas.

C) II, III e V, apenas.

D) I, II, III e V, apenas.

E) III, IV e V, apenas.

Questão 29

Os remédios constitucionais são instrumentos previstos na Constituição que visam proteger os direitos e garantias fundamentais, além de assegurar a preservação da Constituição. De acordo com o expressamente disposto na Constituição Federal sobre habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data, assinale a alternativa CORRETA.

A) Conceder-se-á habeas-data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

GABARITO PRELIMINAR

B) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

C) Conceder-se-á habeas-data para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "mandado de injunção", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político sem representação no Congresso Nacional.

E) Conceder-se-á habeas-data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.



Questão 30

Uma das funções mais importantes da Constituição de um país, além de limitar o poder do Estado, fixando direitos e garantias fundamentais, é exatamente estruturar o Estado. Dessa maneira, a Constituição de 1988 estabelece tanto a forma de governo como a forma de Estado e o sistema de governo. Desta forma, acerca da organização do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

A) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

B) Lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias privativas da União.

C) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.

D) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre desapropriação.

E) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 31

Os direitos e garantias fundamentais têm como objetivo assegurar a liberdade, a igualdade e a dignidade de todas as pessoas, além de limitar o poder do Estado. Sobre o expressamente estabelecido na Constituição Federal sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A)** As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no último caso, o trânsito em julgado.
- B)** Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- C)** É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- D)** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- E)** Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 32**

Sobre o que dispõe expressamente a Constituição Federal acerca do processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA.



- A)** São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.
- B)** A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- C)** A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- D)** A Constituição Federal não poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
- E)** A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 33**

O poder executivo desempenha um papel fundamental na administração do Estado, sendo responsável por implementar as leis, elaborar políticas públicas e garantir o funcionamento eficiente do governo. Sua estrutura organizacional no Brasil, a nível federal, é composta pelo Presidente da República, que exerce a chefia do Executivo, e pelos Ministérios, que auxiliam na execução das políticas públicas e na administração dos diferentes setores do governo. A organização dessa estrutura visa assegurar uma gestão eficiente, coordenada e responsável, promovendo o bem-estar da sociedade e a estabilidade do país. Sobre o tema, de acordo com o expressamente previsto na Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

II. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

III. Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos primeiros dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

IV. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

V. Compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e V, apenas.

E) I, IV e V, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 34



Um dos três Poderes reconhecidos expressamente no art. 2º da Constituição Federal, o Poder Judiciário, tem seus órgãos previstos no art. 92 da Constituição Federal. Sobre o que dispõe expressamente a Constituição Federal acerca da sua organização, funcionamento e competências do Poder Judiciário, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- B) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- C) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

D) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Questão 35

De acordo com o que dispõe expressamente a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:

I. A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

II. Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

III. A revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados.

IV. O mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.

V. Os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e V, apenas.

D)
I, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) I, III e V, apenas.

Conhecimentos Específicos - Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Questão 36



A Constituição Federal, em seu artigo 7º, estabelece um conjunto de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais com o objetivo de promover a dignidade e a igualdade nas relações de trabalho. Um desses direitos, previsto no inciso XXX, proíbe qualquer forma de discriminação. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa que configura uma violação direta ao direito constitucional mencionado.

- A) Comércio que exige experiência mínima de seis meses para contratação no cargo de vendedor.
- B) Organização que realiza entrevista com psicólogo como parte do processo seletivo.
- C) Empresa que concede plano de saúde apenas aos trabalhadores efetivos, excluindo os temporários.
- D) Empregador que aplica prova de conhecimentos técnicos para selecionar candidatos a uma vaga.

E)
Indústria que adota salários distintos para homens e mulheres que exercem a mesma função.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 37

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 471, assegura ao empregado afastado do serviço o direito de retorno com todas as vantagens concedidas à sua categoria durante o período de ausência. Considerando esse dispositivo legal, assinale a alternativa que MELHOR representa o cumprimento dessa norma.

- A) Empregado em férias perde o direito aos reajustes salariais concedidos à categoria durante seu período de descanso.
- B) Trabalhador afastado por acidente de trabalho retorna com as mesmas condições anteriores, sem direito às melhorias obtidas pela categoria no período.
- C) Servidor público cedido temporariamente a outro órgão retorna à empresa com estabilidade no emprego garantida pela CLT.

D) Ao empregado afastado por licença médica de longa duração é assegurado o direito às promoções e benefícios concedidos aos demais da categoria no período.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Empregada que retorna de licença-maternidade continua a receber o mesmo salário-base, mesmo que a categoria tenha obtido reajuste durante sua ausência.

Questão 38

O artigo 474 da CLT estabelece uma consequência jurídica importante quando o empregado é suspenso do serviço por mais de 30 dias consecutivos. Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa que representa CORRETAMENTE essa consequência.

- A) A suspensão por mais de 30 dias consecutivos configura abandono de emprego por parte do trabalhador.
- B) A suspensão superior a 30 dias implica a conversão automática em licença remunerada.
- C) A suspensão do empregado por período superior a 30 dias depende de homologação sindical para ser válida.

D) A suspensão por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A suspensão prolongada dá ao empregador o direito de aplicar penalidade de advertência sem rescisão.

Questão 39

Nos termos do artigo 770 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os atos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho obedecem a regras específicas quanto à publicidade, dias e horários. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa que está de acordo com a norma.

- A) Os atos processuais na Justiça do Trabalho devem ser realizados exclusivamente em horário comercial, das 8h às 18h.

B) Os atos processuais são públicos, salvo quando o interesse social justificar sigilo, e podem ser realizados das 6h às 20h nos dias úteis.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A publicidade dos atos processuais trabalhistas é sempre restrita às partes e advogados, por força da proteção ao sigilo judicial.
- D) A penhora, como ato processual, somente pode ser realizada em dias úteis e no horário das 6h às 20h.
- E) É vedada a realização de qualquer ato processual aos domingos ou feriados, ainda que com autorização judicial.

Questão 40

O artigo 794 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trata das nulidades processuais no âmbito da Justiça do Trabalho. Segundo esse dispositivo, a decretação de nulidade depende da existência de prejuízo concreto. Com base nisso, assinale a alternativa que está de acordo com a norma.

- A) No processo do trabalho, os atos processuais são considerados nulos automaticamente quando contrariarem o rito previsto na CLT.
- B) A Justiça do Trabalho reconhece nulidade de ofício sempre que a parte alegar descumprimento de formalidade legal.
- C) A decretação de nulidade no processo do trabalho independe de demonstração de prejuízo, bastando a mera existência de irregularidade formal.
- D) A nulidade de um ato processual será decretada sempre que houver descumprimento de forma prevista em lei, ainda que sem prejuízo às partes.

E) A nulidade será reconhecida somente quando o vício causar manifesto prejuízo às partes envolvidas na relação processual.

GABARITO PRELIMINAR

Conhecimentos Específicos - Legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)

Questão 41

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 201, estabelece diretrizes para o apoio à ciência e à tecnologia. Segundo o texto constitucional, assinale a alternativa que expressa CORRETAMENTE a prioridade conferida pelo Estado em relação à pesquisa.



A) A pesquisa científica básica e a pesquisa tecnológica receberão tratamento prioritário do Estado, sendo garantido, em primeiro lugar, o apoio à pesquisa básica.

GABARITO PRELIMINAR

- B) A pesquisa tecnológica terá prioridade absoluta em razão de seu potencial imediato de aplicação no setor produtivo.
- C) A prioridade constitucional se restringe às pesquisas realizadas exclusivamente em instituições públicas estaduais.
- D) A Constituição estadual prevê o apoio apenas à pesquisa aplicada, desde que vinculada a parcerias com empresas locais.
- E) O Estado do Paraná prioriza igualmente a pesquisa básica e a pesquisa tecnológica, conforme critérios de viabilidade econômica.

Questão 42

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 204, estabelece diretrizes para o apoio estatal a empresas comprometidas com o desenvolvimento econômico e social. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma das ações incentivadas por lei estadual.

- A) A concessão de apoio estatal limita-se às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- B) Apenas empresas com fins exclusivamente educacionais podem receber incentivo para formação de recursos humanos.
- C) O Estado poderá apoiar empresas estrangeiras desde que transferidas para fora do território paranaense.

D) A lei estadual restringe a participação de empregados nos lucros a empresas de grande porte.

E)

Serão estimuladas empresas que investirem em pesquisas e na criação de tecnologia adequada ao sistema produtivo estadual.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 43

A Lei Complementar nº 251/2023 estabelece regras para a substituição e sucessão no cargo de Diretor-Presidente da Fundação Araucária. Com base no artigo 21 dessa norma, assinale a alternativa que reflete CORRETAMENTE o previsto para situações de ausência, impedimento ou vacância do cargo.

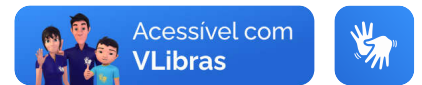
- A) Na vacância do cargo de Diretor-Presidente, o substituto será escolhido pela Assembleia Legislativa do Paraná até nova nomeação.
- B) O Diretor-Presidente será automaticamente substituído pelo Presidente do Conselho Superior da Fundação.
- C) Em qualquer hipótese de ausência do Diretor-Presidente, o cargo será assumido por eleição interna entre os diretores técnicos.
- D) A substituição do Diretor-Presidente, em caso de ausência, deverá ser homologada pelo Governador do Estado.

E)

O Diretor-Presidente designará um substituto dentre os membros da Diretoria Executiva em suas ausências ou impedimentos.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 44



A Lei Complementar Estadual nº 251/2021 define as normas aplicáveis ao regime jurídico de pessoal da Fundação Araucária. Com base no artigo 25 e seus parágrafos, assinale a alternativa CORRETA quanto à contratação, demissão e organização do quadro de pessoal da instituição.

- A) O concurso público deve ser realizado anualmente, independentemente de previsão orçamentária ou de vagas disponíveis.

B)

A rescisão de contrato de trabalho, com ou sem justa causa, deve garantir o contraditório e será decidida pelo Conselho Superior.

GABARITO PRELIMINAR

- C) Os empregados da Fundação Araucária são regidos pelo estatuto dos servidores públicos civis do Estado do Paraná.

- D) O plano de cargos e salários da Fundação será definido de forma autônoma, sem necessidade de aprovação por instância estadual competente.

- E) A contratação para o quadro permanente da Fundação Araucária pode ocorrer por livre nomeação, desde que autorizada pelo Conselho Superior.

Questão 45

A Lei Complementar Estadual nº 251/2021 prevê, em seu artigo 26, a celebração de Contrato de Gestão entre a Fundação Araucária e o Estado do Paraná. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa que expressa CORRETAMENTE a finalidade e os elementos desse instrumento.

- A) O Contrato de Gestão é firmado diretamente entre a Fundação Araucária e instituições de ensino superior, com fins exclusivos de repasse de recursos.

B)

O Contrato de Gestão estabelece o vínculo técnico, administrativo e jurídico entre a Fundação Araucária e o Estado, incluindo a definição do plano de trabalho anual.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O instrumento visa regulamentar exclusivamente os critérios de financiamento de bolsas e auxílios a projetos científicos no estado.
- D) O plano de trabalho da Fundação é elaborado exclusivamente pela sua Diretoria Executiva, sem necessidade de inclusão no Contrato de Gestão.
- E) O vínculo entre a Fundação e o Estado independe de instrumento contratual, sendo baseado apenas em decreto regulamentar.

Questão 46

O Ato da Diretoria Executiva nº 39/2024 da Fundação Araucária estabelece procedimentos para o acompanhamento e a avaliação das bolsas concedidas por cotas pessoais e institucionais. Com base nessa normativa, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Relatório Técnico Final das bolsas deve ser enviado à Fundação Araucária apenas no início do projeto, para fins de liberação de recursos.
- B) O coordenador institucional é o responsável por elaborar o Relatório Técnico Final das bolsas de Cota Institucional, sem necessidade de relatório individual dos bolsistas.
- C) As bolsas de mestrado e doutorado só poderão ser pagas até o último dia do ano letivo, independentemente da conclusão formal do curso.

D)

O bolsista e/ou a ICT devem apresentar o Relatório Técnico Final até 30 dias após o término do período de execução do Termo de Convênio.

**GABARITO PRELIMINAR**

- E) Os relatórios das bolsas institucionais são enviados diretamente pelos bolsistas à Fundação Araucária, sem mediação da coordenação institucional.

Questão 47

O Ato da Diretoria Executiva nº 39/2024 da Fundação Araucária prevê sanções aplicáveis aos bolsistas em casos de irregularidades. Segundo o item 6.6.2, assinale a alternativa CORRETA quanto às consequências da prática de plágio, fraude acadêmica ou infração a normas da instituição de ciência e tecnologia (ICT).

- A) O bolsista será automaticamente desligado do projeto e impedido de participar de futuras chamadas públicas, sem direito a defesa.

B)

A devolução integral das bolsas será determinada no caso de plágio, fraude acadêmica ou infração às normas da ICT, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

GABARITO PRELIMINAR

- C) As penalidades previstas se aplicam apenas a bolsistas de pós-graduação, não alcançando bolsas institucionais de iniciação científica.
- D) O bolsista terá sua bolsa apenas suspensa temporariamente, sendo vedada a exigência de devolução dos valores recebidos.
- E) A devolução das bolsas somente será exigida se houver condenação judicial transitada em julgado contra o bolsista.

Questão 48

O Plano de Gestão de Cargos, Salários e Benefícios da Fundação Araucária estabelece regras para a progressão na carreira de seus servidores, com base em critérios de conhecimento, competências e formação. Com base no item 4.4 desse plano, assinale a alternativa CORRETA quanto à movimentação entre cargos e evolução funcional.

- A) A movimentação entre cargos com diferentes requisitos de escolaridade é permitida mediante curso de capacitação interna.
- B) Analistas que ingressaram com formação superior podem migrar para cargos que exijam formação técnica, desde que tenham experiência compatível.
- C) A evolução na carreira é automática, desde que o servidor participe de programas de capacitação.


D) Não é permitida a movimentação vertical entre cargos que têm como requisito o ensino médio completo e cargos de analista que exigem ensino superior completo.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A progressão na trajetória funcional considera o tempo de serviço na Fundação como critério central.

Questão 49

De acordo com o Plano de Gestão de Cargos, Salários e Benefícios da Fundação Araucária, a progressão horizontal salarial é condicionada a diversos critérios técnicos, administrativos e financeiros. Com base nesse plano, assinale a alternativa CORRETA sobre os requisitos e limites para concessão da progressão.

- A) Ocupantes de função comissionada não podem ser beneficiados com com o critério de meritocracia. 
- B) O funcionário poderá ser promovido automaticamente em até duas referências salariais a cada 6 meses, desde que atenda aos requisitos mínimos de desempenho.
- C) A progressão independe do tempo decorrido desde a última movimentação, desde que o funcionário apresente desempenho excepcional.
- D) A progressão salarial poderá ser concedida mesmo a funcionários em contrato por prazo determinado, desde que haja verba disponível.

E) A progressão depende de avaliação favorável da Comissão de Avaliação e Desempenho, e sua concessão é vinculada à deliberação da Diretoria Executiva.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 50

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 205, estabelece diretrizes para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa CORRETA quanto à alocação orçamentária e à governança dos recursos públicos destinados à pesquisa no estado.

- A) O Estado poderá repassar, a cada trimestre, valores variáveis conforme arrecadação, não estando sujeito a limite mínimo anual.

B) O fomento à pesquisa será financiado com pelo menos 2% da receita tributária estadual, distribuídos em duodécimos e geridos por órgão com composição paritária.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** A aplicação de recursos em pesquisa dependerá exclusivamente de convênios firmados com a União e com instituições de ensino superior.
- D)** A gestão dos recursos para pesquisa será atribuída a entidade privada com autonomia administrativa e sem participação do Poder Executivo.
- E)** O percentual de recursos destinado à pesquisa científica e tecnológica será definido anualmente por decreto do governador.

2025 © [ProSeleta](#)

